

1. INTENÇÕES DA RODA DE CONVERSA SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E A REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFSJ.

A Roda de Conversa abordou as implicações das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores, com foco especial na Resolução 04/2024. A discussão foi conduzida pelo Prof. Paulo Cesar Pinheiro, do Departamento de Ciências Naturais, e relatada pelo Prof. Claudio José Guillarduci, do Departamento de Artes da Cena. Teve a participação de professores da UFSJ e da rede básica de educação, coordenadores de cursos de graduação e estudantes. Explorou os desafios da implementação das diretrizes, o perfil dos estudantes das licenciaturas e a necessidade de padronização e diálogo dentro da universidade.

Inicialmente foi estabelecido um panorama comparativo entre as últimas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores: a **Resolução 02/2015**, base para os currículos atuais, prevendo 3.200 horas de carga horária mínima, 400 horas de estágio supervisionado e 400 horas de “prática como componente curricular” (disciplinas pedagógicas específicas); a **Resolução 02/2019**, que foi revogada, servindo apenas como ponto de comparação transitório; e a **Resolução 04/2024 (atual)**, a qual mantém a carga horária mínima de 3.200 horas e 400 horas de estágio. Esta última, contudo, reorganiza a estrutura curricular em quatro núcleos:

- **Núcleo I (Formação Geral):** Cerca de 800 horas, focado em estudos de formação geral comum relacionados à educação.
- **Núcleo II (Formações Específicas):** 1.600 horas, dedicadas aos conteúdos científicos e científico-pedagógicos específicos das áreas de conhecimento.
- **Núcleo III (Extensão e Estágio):** 320 horas de extensão (10% da carga horária total dos cursos).
- **Núcleo IV:** 400 horas de estágio supervisionado, iniciado a partir do primeiro semestre letivo.

Na Roda de Conversa foi salientada a mudança relativa ao deslocamento de disciplinas de formação específica para uma formação geral em ciências da educação, demandando novas disciplinas e docentes com formação em educação e gerando discussões sobre a responsabilidade dos departamentos na ministração de disciplinas.

Principais desafios e pontos críticos levantados

A implementação das novas DCNs gerou diversas preocupações:

- **Em relação aos estágios supervisionados:**

- A carga horária de 400 horas é histórica, mas a obrigatoriedade de iniciá-lo no **primeiro semestre** foi amplamente criticada. Argumenta-se que isso inviabiliza a permanência de estudantes trabalhadores, que precisam de flexibilidade ou bolsas para conciliar estudo e trabalho.
- Discutiu-se a proporção de horas de estágio que podem ser realizadas na universidade (orientação e reflexão sobre as experiências escolares) versus na escola sob supervisão, citando o curso de Pedagogia como exemplo, onde 50% da carga horária é realizada na universidade e 50% nas escolas da educação básica. Previu-se que os estudantes recém-saídos do ensino médio, no primeiro período, encontrarão dificuldades devido à pouca bagagem adquirida na formação inicial.

- **Em relação à extensão universitária:**

- A fixação de 320 horas (10% de 3.200h) como componente curricular obrigatório levanta questões sobre cursos com carga horária total maior, que precisariam de mais do que 320 horas.
- A exigência de realização da extensão exclusivamente na escola básica é um problema. Há saturação dos campos de estágio e extensão, pois as escolas terão dificuldade de acolher todos os licenciandos, além da falta de financiamento para as atividades.
- A extensão fora da escola (museus, conservatórios, ONGs) deve ser considerada e valorizada, especialmente para os cursos de Artes.

- **Em relação ao perfil do estudante trabalhador das licenciaturas (ou trabalhador-estudante):**

- A maioria dos estudantes de licenciaturas, especialmente as noturnas, trabalha e estuda. As novas diretrizes tornam os cursos elitistas, dificultando a permanência desse público e podendo levar a uma “desistência em massa” e ao “apagão de professores”.
- Há necessidade de propostas criativas e flexíveis, de horários livres no período noturno, de levantamento do perfil dos ingressantes e suas atividades cotidianas e trabalho, da conciliação desse perfil com as atividades de ensino, pesquisa e extensão e acolhimento e orientação desde o início dos cursos.

- **Em relação às especificidades dos cursos de Arte e Música:**
 - **Polivalência:** professores de arte nas escolas são exigidos a ensinar diversas linguagens (música, dança, artes visuais, teatro), o que vai na contramão de uma formação específica. Há uma luta contra essa polivalência, incluindo ações judiciais e propostas de emendas ao Plano Nacional de Educação.
 - **Falta de Estrutura nas Escolas:** muitas escolas não têm estrutura para receber estagiários ou projetos de extensão nas áreas de música, teatro e dança.
 - **Precarização do Trabalho:** o perfil dos estudantes de artes é muitas vezes de trabalhadores autônomos e precarizados, com horários de trabalho concentrados (quinta a domingo), dificultando a participação em atividades diurnas.
 - **TCC como Ferramenta de Ajuste:** o TCC tem sido usado como elemento flexível para ajustar a carga horária dos cursos de arte, vinculando-o a práticas coletivas de extensão ou PIBID para otimizar tempo e recursos.
- **Em relação à autonomia universitária e padronização de orientações internas:**
 - A falta de orientações claras e padronizadas da UFSJ sobre a interpretação das DCNs pode gerar inconsistências entre os cursos e incerteza nas aprovações de seus projetos pedagógicos nas instâncias superiores da universidade.
 - A avaliação dos PPCs pela Comissão Permanente de Avaliação dos PPCs e pelos conselheiros do CONEP (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) requer conhecimento aprofundado das DCNs e das especificidades das licenciaturas. Propõe-se que haja formação ou diálogo sobre as DCNs com membros dessas instâncias.
 - A necessidade de “transição curricular” para alunos ingressantes a partir de julho de 2024 pode gerar múltiplas grades curriculares e sobrecarregar os coordenadores.

Propostas e Encaminhamentos

A Roda de Conversa apontou a necessidade das seguintes ações:

- **Carta de Intenções:** a partir das Rodas de Conversa realizadas na X SID e na I SELI, o Fórum das Licenciaturas deve elaborar um documento oficial ("Carta de Intenções") para a gestão e comunidade universitária, propondo esclarecimentos e orientações para a implementação das DCNs.
- **Padronização Interna:** pede-se que a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação crie um documento de orientação (como um "gabarito" ou "molde") que padronize a interpretação e a aplicação das DCNs, respondendo a perguntas como:
 - É possível que parte da carga horária de estágio e extensão seja realizada dentro da universidade ou em ambientes não-formais? Se sim, qual seria a proporção (carga horária) aceitável?
 - As 320 horas de extensão são fixas ou representam 10% da carga horária total do curso (mesmo que superior a 3.200h)?
 - Como será tratada a extensão da duração dos cursos (ex: para quatro anos e meio) para acomodar as novas exigências sem prejudicar os estudantes?
- **Diálogo e Formação:** promover discussões e, se possível, a formação dos conselheiros do CONEP e outras instâncias avaliadoras, garantindo que compreendam as nuances das DCNs e as especificidades dos cursos de licenciatura da UFSJ.
- **Soluções Criativas:** estimular os cursos a desenvolverem estratégias inovadoras para cumprir as DCNs, como educação híbrida, ajuste coerente da carga horária das disciplinas ou atividades equivalentes, de modo a incorporar também o tempo dedicado às leituras, estudos, ensaios e preparações necessárias para as aprendizagens, e desenvolvimento de parcerias com escolas noturnas ou instituições não-formais.
- **Engajamento com Escolas Básicas:** incluir as escolas básicas no diálogo sobre a curricularização da extensão e do estágio, para alinhar as ofertas da universidade com suas necessidades reais.
- **Estudo do Perfil Discente:** realizar levantamentos sobre o perfil dos estudantes (trabalhadores-estudantes, transferidos, em situação irregular), de modo a ajustar a formação na universidade às suas realidades.

A discussão ressaltou a tensão entre a rigidez das normativas federais (racionalidade técnica) e a necessidade de uma abordagem mais flexível, humanizada e comunicativa para a formação de professores, reconhecendo a diversidade dos estudantes e os desafios do contexto universitário e do mercado de trabalho.

2. INTENÇÕES DA RODA DE CONVERSA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE).

A Roda de Conversa teve o objetivo de discutir as questões relacionadas ao estágio curricular supervisionado propostas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, e a nova sistemática de avaliações do ENADE para os cursos de licenciatura. Teve como convidada a Professora Sônia Maria Clareto, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a mediação da Professora Viviane Cristina Almada de Oliveira, do Departamento de Matemática, e foi relatada pela Professora Liliana Pereira Botelho, do Departamento de Música.

Uma vez que a UFSJ não possui uma diretriz específica para a realização dos estágios de suas 14 licenciaturas, a Roda de Conversa se configurou como um espaço de partilha sobre como cada licenciatura se organiza em relação ao estágio, e de reflexão sobre o que uma diretriz de estágio da instituição deve considerar como pontos de convergência e quais as especificidades de cada curso na formação de professores. Demos início à roda com a apresentação da convidada, a professora Sônia Clareto, destacando sua trajetória profissional, área de atuação e relação com a mediadora da roda, a Professora Viviane Almada, que foi sua aluna de estágio na UFJF.

A professora Sônia iniciou sua fala com alguns questionamentos: “a gente está disposta a abrir mão do quê pra abraçar essa proposta?” (no caso, as DCNs de 2024). “Para acolhermos alguma reforma, para trabalharmos como está sendo colocado o ENADE, por exemplo, vamos precisar renunciar a quê? Estamos dispostos a incorporar mais coisas? E essas coisas vão enriquecer e fortalecer o trabalho? Me parece que essa é a nossa questão diante de uma reforma: entre o cumprir o que está estabelecido e o que eu não vou fazer de jeito nenhum, o que podemos negociar?”.

Em sua fala, abordou o tema proposto a partir de dois aspectos: 1º) os elementos constitutivos do estágio em licenciatura, que envolve a mobilização de saberes, fazeres, afetos e a reflexão acadêmica, profissional e social, a partir de uma experiência orientada e supervisionada no âmbito da universidade e da educação básica, respectivamente; e 2º) alguns princípios do estágio de licenciatura, que preveem a corresponsabilização do acompanhamento dos estágios entre docentes das IES e das escolas de educação básica, a ampliação e aprofundamento das vivências na escola com o estágio em uma mesma escola/sala de aula e a importância da partilha dessas experiências entre estagiários/as.

Após a fala da professora Sônia, o espaço foi aberto para as falas dos presentes e as questões colocadas assumiram uma direção diferente da questão colocada pela professora Sônia no início de sua fala: “Do que a gente pode abrir mão?”. A partir da fala de um discente que expressou “do que ele não abriria mão” diante da proposta da referida resolução, as questões externadas pelas falas posteriores, assumiram essa perspectiva: “do que não iremos abrir mão”. Diferentes questões foram apresentadas, as quais poderiam estar presentes em uma diretriz de estágio para todas as 14 licenciaturas da UFSJ, considerando, ao mesmo tempo, as especificidades de cada uma. Foram elas:

- **A multiplicidade de espaços de formação:** alunos/as e professores/as dos cursos de Arte questionaram o fato de a diretriz considerar apenas a escola básica como espaço de formação, uma vez que instituições como conservatórios, bandas, agremiações musicais e outros espaços culturais são cruciais para a formação específica dos licenciados. Também foram mencionados os museus e parques como espaços a serem considerados na formação dos licenciandos de História e Ciências Biológicas.
- **A valorização do professor supervisor da escola:** segundo a professora Sônia, o estágio é composto de atividades formativas orientadas e supervisionadas, ou seja, ele é orientado na universidade e supervisionado na escola. Esses papéis não se misturam, mas atuam na formação com uma relação de corresponsabilidade. O que nos leva a considerar a importância de valorizar o professor supervisor na escola, inclusive com remuneração financeira.
- **A orientação presencial na universidade:** além de ter sido um aspecto exposto na fala da professora Sônia, as horas de orientação presencial dentro da carga horária de 400 horas foi uma questão defendida por alguns docentes da UFSJ, uma vez que:
 - 1) O estágio não é essencialmente empírico-prático e a reflexão crítica também é parte constituinte dele. Logo, a orientação, que contribui para o estabelecimento da relação teoria-prática, deve constar nas 400h. Além disso, a orientação presencial pode proporcionar um espaço de partilha entre os estagiários/as, uma vivência que enriquece a formação e que não descarta a orientação individual.
 - 2) É preciso considerar os encargos didáticos gerados pela escolha de incluir no estágio a orientação presencial que não é adotada em todas as licenciaturas e que também varia em termos de carga horária de um curso para outro.

- 3) A orientação presencial é uma questão a considerar diante da proposta da nova DCN de iniciar os estágios desde o primeiro período. Essa proposta não é um consenso entre as licenciaturas da UFSJ, como também foi fortemente criticada pela professora Sônia ao argumentar que ela “pulveriza a experiência, tornando-a episódica e superficial, e seria impraticável para a síntese teórico-prática de alunos iniciantes”.
- **A relação PIBID e Estágio:** a UFSJ possui a Resolução nº 008, de 21 de junho de 2023, que trata da equivalência da carga horária referente à participação nos programas de iniciação à docência e o estágio supervisionado, a qual precisa ser atualizada. A regulamentação da equivalência de horas também é importante para garantir o seguro-saúde para os alunos participantes do PIBID.
 - **O setor de estágios e o apoio institucional:** a necessidade de um setor de estágio específico para as licenciaturas que promova a articulação com as escolas, possibilite o acompanhamento dos estagiários e funcione como ponte entre universidade e escola foi questionada por professores da UFSJ. Uma possibilidade compartilhada pelo curso de Pedagogia foi a criação de uma coordenação de estágio para melhorar o diálogo com as escolas e promover seminários de estágio, possibilitando, assim, um espaço de partilha entre os/as licenciandos/as. Cabe ressaltar que essa demanda não desconsidera o trabalho de carácter burocrático demandado pelos convênios firmados pela universidade e as instâncias estaduais e municipais de educação, como expôs o técnico-administrativo do setor de estágio presente na Roda de Conversa.
 - **A devolutiva para a escola:** considerado como aspecto fundamental dos estágios e responsabilidade da universidade, a devolução dos resultados do estágio para as escolas também foi considerada e pode ser acompanhada pela coordenação de estágio, uma vez que adentramos no espaço escolar, colhemos dados e os discutimos no âmbito da universidade, tecemos análises e os resultados dessas ações não podem encerrar na produção de um relatório. A partilha dos estágios em modalidades diferentes – quem vai para a sala de aula, quem faz o estágio de gestão – possibilita a apresentação de trabalhos, momentos de fala, produção de artigos, e outros, e deve considerar a participação dos gestores e professores da educação básica.

- **O ENADE:** em relação ao referido exame, não houve tempo hábil para a discussão, no entanto, a professora Sônia se posicionou em relação a ele como uma questão que não deve pautar a essência do estágio, sendo um ponto a ser administrado sem que isso comprometa a riqueza da formação oferecida pelo estágio curricular supervisionado.

Por fim, uma questão que esteve implícita nas falas de professores/as, supervisores/as, discentes e da professora convidada foi a possibilidade de resistência ao que nos é colocado a partir do que entendemos como autonomia universitária; autonomia para criarmos momentos como este proporcionados pelo Seminários de Iniciação à Docência e pela Semana das Licenciaturas da UFSJ, autonomia para partilharmos desafios e possibilidades que ora nos convida a pensar no âmbito da instituição para fortalecer as 14 licenciaturas da UFSJ, e que nos dá respaldo para defendermos nossas especificidades enquanto cursos. Autonomia para assegurar o que nos é caro, o que não podemos abrir mão.

3. INTENÇÕES DECORRENTES DA RODA DE CONVERSA SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS LICENCIATURAS DA UFSJ.

Foram realizados dois encontros para refletir sobre o papel da extensão universitária na formação docente nas licenciaturas e sobre os desafios de consolidá-la como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa. O **primeiro encontro**, realizado em 15 de outubro, reuniu o Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação, Prof. José Luiz de Oliveira, o Pró-Reitor de Extensão, Prof. Francisco Ângelo Brinati, representantes do Fórum das Licenciaturas, coordenadores de curso e membros de NDEs, onde buscou-se compreender as dificuldades e possibilidades concretas de implementação da curricularização da extensão. Entre as principais questões discutidas estavam:

- como integrar a formação em extensão aos horários curriculares sem ampliar o tempo dos cursos, e de forma a garantir encargos didáticos aos coordenadores de projetos/programas?
- como lidar com a limitação da realização de projetos nas escolas?
- como sensibilizar docentes que se dizem sem perfil extensionista sobre a importância da extensão?
- como garantir que a extensão não se torne excludente, sobretudo para estudantes trabalhadores e de cursos noturnos e que moram fora?

- como criar mecanismos institucionais de apoio à extensão, como um **manual de orientação, instrução normativa e documentos de referência** que orientem a inserção da extensão nos PPCs e no sistema?
- e, por fim, como construir uma parceria entre as licenciaturas para desenvolver ações conjuntas, viáveis e sustentáveis?

Também foram levantadas propostas concretas, como o possível acesso a verbas do Fundo de Extensão desvinculadas do PIBEX para coordenações de projetos nos departamentos, a possibilidade de transformar disciplinas em projetos de extensão para integrar os horários de funcionamento dos cursos, a criação de políticas de extensão dentro dos departamentos para facilitar a manutenção de programas e projetos e a possibilidade de planejamento de uma extensão integrada entre todas as licenciaturas. Essa primeira etapa foi, portanto, um momento de escuta e de articulação institucional, de diagnóstico, de mapeamento das necessidades e dos desafios enfrentados pelas coordenações.

O **segundo momento**, realizado no dia 06 de novembro durante o XSID e a ISELI, teve um formato mais amplo, com a participação de estudantes, docentes e coordenadores de curso, e foi conduzido pela Professora Sônia Maria Portella Kruppa, da Faculdade de Educação da USP, com mediação da Profa. Aline Aparecida Ângelo, do Departamento de Ciências da Educação, e relatoria da Profa. Míriam Rabelo Gontijo, do Departamento de Letras, Artes e Cultura.

A professora Sônia iniciou sua fala provocando o público com uma pergunta simples, mas fundamental: *o que é extensão?* As respostas — “compromisso social”, “transformação”, “troca”, “aprendizado”, “responsabilidade”, “desencastelamento da universidade”, “ponte”, “desafio”, entre outras, revelaram a pluralidade de sentidos que esse termo assume.

A partir daí, ela destacou que a extensão é uma conquista histórica da universidade pública brasileira, consolidada pela LDB de 1996, e deve ser entendida como compromisso ético, político e social. Sua fala trouxe provocações importantes:

- a urgência de a universidade dialogar com a sociedade e firmar, cotidianamente, sua relevância em uma época em que a importância da formação vindo sendo questionada pela sociedade;
- a importância da intersetorialidade, articulando, por exemplo, Educação, Saúde e Assistência Social nos mesmos territórios;
- o valor do mapeamento territorial como ferramenta para planejar ações de extensão mais justas e transformadoras;
- e a escola como ponto de encontro das comunidades para desenvolvimento de ações plurais.

Sônia apresentou o exemplo do Núcleo de Avaliação Institucional da FE-USP, que utiliza plataformas de mapeamento para identificar serviços e carências em torno de escolas parceiras. Esse tipo de prática, segundo ela, permite compreender criticamente os territórios e desenhar ações mais conectadas às realidades locais.

Falando sobre a formação de professores, a professora lembrou que o “bom professor” não é apenas quem domina o conteúdo, mas aquele que se deixa afetar pela prática e pela dúvida, e a extensão permite reflexões e tem implicações importantes para a formação docente. Defendeu a criação de redes de escolas parceiras, nas quais as próprias escolas possam propor atividades, e relatou experiências exitosas, como a parceria com o CRAS em Diadema, que resultou em educação para turmas de EJA envolvendo mulheres em vulnerabilidade social.

A Roda foi marcada também pela participação ativa dos estudantes e docentes presentes. Entre as contribuições, destacaram-se preocupações com a fragmentação das ações de extensão, a sobrecarga das escolas devido às avaliações externas e aos diversos projetos da universidade que ocorrem em sobreposição uns aos outros, e a necessidade de projetos mais integrados e sustentáveis entre as licenciaturas. Houve quem lembrasse que a extensão precisa ir além da educação básica, atuando em diferentes contextos sociais, e quem ressaltasse a importância de resistir às pressões burocráticas e políticas que esvaziam o sentido público da universidade.

Ao final, chegou-se a alguns encaminhamentos consensuais:

- fortalecer projetos integrados entre as licenciaturas, articulando ensino, pesquisa e extensão;
- valorizar os estágios e o PIBID como espaços de geração de propostas extensionistas;
- ampliar a atuação intersetorial e o mapeamento de territórios;
- e cobrar apoio institucional efetivo, com publicização de orientações, recursos, transporte e reconhecimento docente, para que a extensão seja viável e significativa.

A professora Sônia encerrou com uma metáfora potente: disse que a universidade precisa “voar” para não morrer, reafirmando que o compromisso com a sociedade é o que garante a vitalidade e o sentido da universidade pública.

Esses dois encontros, o primeiro de escuta institucional e o segundo de reflexão ampliada e inspiradora, reforçaram a necessidade de que a extensão seja compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como uma oportunidade de reinventar a formação docente e o papel social da universidade.

4. SÍNTESE.

Dado o que foi discutido e indicado nas Rodas de Conversa do X Seminário de Iniciação à Docência e na I Semana das Licenciaturas da UFSJ, reunimos as intenções segundo três classes principais de recomendações: 1ª) aos gestores, 2ª) às coordenações, colegiados e NDEs e 3ª) aos supervisores de estágio, docentes e discentes, conforme a seguir.

4.1. Recomendações aos gestores da UFSJ.

- | |
|--|
| a) Oferecer orientações claras e padronizadas, incluindo as legislações que precisam ser citadas nos projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura. |
| b) Garantir a autonomia dos cursos para o estabelecimento de carga horária de atividades de estágio e extensão na universidade , na forma de atividades de orientação, elaboração de planos de atividades, acompanhamento, socialização, reflexão e socialização de experiências. |
| c) Promover a formação da Comissão Permanente de Avaliação dos PPCs e dos conselheiros do CONEP para análise dos projetos pedagógicos que considere as especificidades das licenciaturas. |
| d) Padronizar o encargo didático de orientação de estágio para todas as licenciaturas. |
| e) Garantir que o seguro seja oferecido aos estudantes vinculados ao PIBID, dada a possibilidade de equivalência de horas para o estágio supervisionado. |
| f) Criar um setor de estágio específico para as licenciaturas da UFSJ. |
| g) Fomentar a extensão com recursos alocados nos departamentos. |
| h) Assegurar que projetos de extensão integrem os horários de funcionamento dos cursos, especialmente os noturnos, como se fossem disciplinas. |
| i) Estimular, apoiar e fortalecer o desenvolvimento de projetos de extensão integrados entre as licenciaturas. |
| j) Estimular e valorizar a criação de políticas de extensão dentro dos departamentos. |
| k) Publicizar orientações, possibilidades de fomento, recursos, apoio e formas de valorização e reconhecimento dos docentes extensionistas. |
| l) Estabelecer políticas de fomento ou valorização financeira dos professores supervisores de estágio das escolas básicas. |

4.2. Recomendações às coordenações, colegiados e NDEs das licenciaturas
a) Atribuir encargo didático aos docentes orientadores de estágio.
b) Criar a figura dos coordenadores de estágio e definir suas funções.
c) Realizar levantamento do perfil dos licenciandos, identificar os que são estudantes-trabalhadores, transferidos e em situação irregular e acompanhar suas trajetórias no curso.
d) Prever a multiplicidade de espaços de formação nos projetos pedagógicos com a possibilidade de realização de atividades de estágio e extensão em museus, conservatórios, bandas, agremiações musicais, ONGs, parques e outros espaços culturais e não formais (principalmente para os cursos de Artes e Ciências Biológicas).
e) Realizar o acolhimento e o acompanhamento permanente dos licenciandos.
f) Prever horários livres nos cursos noturnos para a realização de atividades de estágio e extensão.
g) Prever o desenvolvimento de TCCs como atividade flexível para ajuste de cargas horárias (cursos de Artes).
h) Prever transição curricular adequada para ingressantes a partir de julho de 2024.
i) Avaliar se a duração dos cursos para quatro anos e meio ou mais não irá prejudicar os estudantes ou provocar evasão e desinteresse.
j) Prever estratégias inovadoras para cumprir as DCNs, como educação híbrida, por exemplo, e incluir o tempo dedicado a leituras, estudos, ensaios e preparações necessárias para as aprendizagens na carga horária das disciplinas.
k) Prever atuação intersetorial e o mapeamento de territórios para as ações de extensão nos projetos pedagógicos.
l) Considerar o desenvolvimento de abordagens flexíveis, humanizadas e comunicativas nos projetos pedagógicos.
m) Prever devolutiva das experiências de estágios para as escolas nos projetos pedagógicos.
n) Valorizar os estágios e o PIBID como formas de geração de propostas extensionistas.
o) Estabelecer parcerias com escolas noturnas e instituições não-formais para realizar os estágios e atividades de extensão.
p) Assegurar a autonomia dos cursos para atender suas especificidades (o que não podemos abrir mão).

4.3. Recomendações aos supervisores de estágio, docentes e discentes
a) Ter sensibilidade para com os estudantes-trabalhadores.
b) Orientar e acompanhar os estágios.
c) Realizar orientação, acompanhamento e inserção diferenciada dos estagiários no primeiro semestre, prevendo formação anterior e concomitante às primeiras experiências nas escolas.
d) Promover a teorização ou reflexão fundamentada nos trabalhos de supervisão de estágio, atentando para que o estágio tenha elementos de reflexão crítica e não seja essencialmente prático.
e) Selecionar escolas parceiras para a realização dos estágios.
f) Estabelecer parcerias com escolas noturnas e instituições não-formais para realizar os estágios.
g) Dialogar permanentemente com as escolas básicas e comunidades para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades de estágio e extensão.
h) Propor atividades de ensino, pesquisa e extensão criativas e flexíveis para atender às DCNs.
i) Alinhar as ofertas da universidade com as necessidades reais das escolas e comunidades.
j) Assegurar a devolutiva das experiências de estágio para as escolas.
k) Assegurar a socialização de experiências de estágio entre estagiários.
l) Contribuir para o mapeamento dos territórios visando identificar setores, saberes, experiências, atividades e necessidades nas quais os licenciandos poderão atuar como extensionistas.

São João del-Rei, 25 de novembro de 2025.

